TRILHANDO O CAMINHO DA IGUALDADE: DESAFIOS NA CONQUISTA DE UM LUGAR JUSTO PARA A POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE

SORAIA SANTANA MOTA

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explorar as complexidades envolvidas na conquista de um lugar justo na sociedade para a população afrodescendente. O trabalho irá aborda a importância do reconhecimento da identidade afrodescendente, o impacto da cor da pele como marcador de desigualdade, a internalização de estereótipos negativos e o papel da educação na promoção da autoestima e da identidade afrodescendente. Além disso, discute a relevância da participação política e social, o acesso à educação e oportunidades, o combate ao racismo, a reparação econômica, a implementação de ações afrmativas, as políticas de saúde, a reforma agrária e o combate à violência policial na busca por justiça social e igualdade. Para realizar esta pesquisa, será utilizado um levantamento bibliográfco como método através do qual o conhecimento necessário pode ser obtido por meio da leitura e análise de fontes impressas e digitais. Os resultados desta análise mostram que a conquista de um lugar justo na sociedade para afrodescendentes é um processo multifacetado que envolve o reconhecimento e valorização da identidade afrodescendente, a superação de estereótipos negativos, a promoção da autoestima e da autonomia por meio da educação, a participação política e social ativa, o acesso igualitário à educação e oportunidades, o combate ao racismo em todas as suas formas, a reparação econômica como forma de compensação, a implementação de ações afrmativas, a promoção de políticas de saúde específcas, a reforma agrária para corrigir desigualdades no acesso à terra e o combate à violência policial. Todas essas ações são essenciais para criar uma sociedade mais justa e equitativa. Por fm, a conquista desse lugar na sociedade é um compromisso coletivo que requer ação em diversas frentes e a conscientização sobre a importância de promover a igualdade e a justiça para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Étnico-racial; Igualdade; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A temática étnico-racial é de extrema relevância para compreender como as pessoas afrodescendentes conquistam seu lugar na sociedade como sujeitos de direitos e deveres, bem como como as políticas públicas buscam reparar as desigualdades históricas resultantes da escravidão e discriminação racial. A luta por igualdade racial e justiça social é uma narrativa fundamental na história das populações afrodescendentes em muitos países, incluindo o Brasil.

O objetivo deste trabalho é explorar as complexidades envolvidas na conquista de um lugar justo na sociedade para a população afrodescendente.

A busca por um lugar na sociedade é um processo intrincado que começa com o reconhecimento da própria identidade e herança cultural afrodescendente. Valorizar a história, cultura, língua e contribuições dos afrodescendentes para a sociedade é o primeiro passo nesse caminho. Infelizmente, a cor da pele continua sendo um marcador que defne limites e perpetua distinções, muitas vezes resultando em estigmatização, desigualdades e preconceitos. Ao longo da história, a cor da pele foi um símbolo de opressão e liberdade.

Muitas vezes, os afrodescendentes absorvem inconscientemente crenças e valores da cultura branca dominante, internalizando a ideia de que "ser branco é certo" e "ser negro é errado". Essa busca por assimilação, frequentemente imposta como um ideal de sucesso, pode levar à negação da própria herança cultural. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, resgatando a autoestima, autonomia e afrmação da identidade. Escolas devem ser locais de encontro e convivência entre diferentes grupos étnicos, contribuindo para a redução da exclusão social e do desenvolvimento do preconceito.

Ampliar o conhecimento sobre a contribuição da população negra para a cultura e história do Brasil é fundamental. Isso deve ocorrer por meio da exposição verbal e da democratização de

imagens e informações detalhadas sobre a história do país.
Instituições educacionais têm o potencial de facilitar discussões sobre as diferenças étnicas na sociedade, promovendo o reconhecimento e a valorização das contribuições africanas. Essas ações podem reconstruir relações raciais prejudicadas por divergências e diferenças étnicas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Reconhecimento da Identidade Afrodescendente

A primeira etapa para conquistar um lugar na sociedade é o reconhecimento da própria identidade e herança cultural afrodescendente. Isso envolve a valorização da história, cultura, língua e contribuições dos afrodescendentes para a sociedade.
Quando abordamos a identidade étnica dos afrodescendentes, é importante destacar que as características físicas, principalmente a cor da pele, continuam a ser marcadores que definem limites e perpetuam a distinção. Infelizmente, a cor da pele ainda é frequentemente utilizada como um elemento que estigmatiza, cria desigualdades entre indivíduos e grupos, estabelece tabus, impõe sanções e perpetua preconceitos. Ao longo da história, a cor da pele serviu como um símbolo de escravidão e liberdade, de dominação e submissão (BACELAR, 1989, p. 77).

É comum que os afrodescendentes absorvam e internalizem as crenças e valores da cultura branca dominante, o que inclui a ideia de que "ser branco é certo" e "ser negro é errado". Essa internalização de estereótipos negativos muitas vezes acontece de forma inconsciente.
De acordo com Passos (1999), a identidade é a maneira pela qual os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos pelos outros. Isso significa que aquilo que as outras pessoas dizem e esperam deles passa a fazer parte da concepção que têm de si mesmos e molda sua personalidade e comportamento.
Infelizmente, é possível que a população negra se afaste de sua tradição cultural em busca de uma assimilação que lhes foi imposta como um ideal de sucesso. Essa postura muitas vezes resulta da internalização da ideia de que "embranquecer" é a única maneira de obter respeito e dignidade.
O processo de educação desempenha um papel crucial como meio de resgate da autoestima, autonomia e afirmação da identidade, uma vez que as escolas representam locais de encontro e convivência entre diferentes grupos étnicos. Elas têm o potencial de serem ferramentas eficazes na redução e prevenção da exclusão social e na prevenção do desenvolvimento do preconceito entre os alunos afrodescendentes.
É fundamental ampliar o conhecimento sobre a contribuição da população negra para a cultura e a história do Brasil. Isso deve ocorrer não apenas por meio da exposição verbal, mas também por meio da democratização de imagens e informações mais detalhadas sobre a história do país.
Instituições educacionais têm o potencial de facilitar discussões sobre as diferenças étnicas presentes na sociedade, promovendo o reconhecimento e a valorização das contribuições africanas. Isso possibilita uma maior visibilidade para conteúdos que foram historicamente negligenciados pela cultura predominante. Essas ações podem contribuir para o conhecimento mútuo entre diferentes grupos étnicos e para a reconstrução de relações raciais prejudicadas por divergências e diferenças étnicas.
O papel do professor é fundamental na promoção da inclusão e valorização de alunos negros e brancos de forma democrática no ambiente escolar. Isso pode ser alcançado por meio de práticas pedagógicas que incluem a representação equitativa de crianças negras como protagonistas em histórias, a busca por imagens que retratam famílias negras, profissionais negros, políticos, escritores e cientistas negros lado a lado com seus pares brancos.
Além disso, é importante ressaltar que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira não é uma opção, mas uma obrigação estabelecida pela Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa legislação determina que o conteúdo programático deve incluir o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o papel do negro na formação

da sociedade nacional.

Segundo Ferreira (2000), é fundamental para a saúde psicológica que os indivíduos tenham uma autoimagem positiva como membros de grupos dos quais fazem parte, sem sentimentos de superioridade ou inferioridade. A construção da identidade de crianças e jovens, especialmente daqueles negros, depende do apoio de imagens e referências positivas. Enquanto crianças não negras têm acesso natural a essas representações na sociedade, para as crianças negras, essa tarefa é essencial.

A escola desempenha um papel crucial ao facilitar o acesso a imagens e referências identitárias positivas para crianças e jovens negros. É fundamental que os educadores estejam atentos ao material oferecido aos alunos, garantindo a representação adequada e positiva da população negra em nossa história e cotidiano. Planejar aulas, programas e projetos de estudo deve incluir a intenção firme de democratizar imagens e exemplos positivos e reais da presença da população negra e mestiça em nossa sociedade.

2.2 Educação e conscientização

A educação desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização sobre questões étnico-raciais, contribuindo para a conquista de um espaço mais igualitário na sociedade. Como discutido por Silva (2019), a inclusão de conteúdos relacionados à história africana e afrodescendente nas escolas desafia estereótipos e preconceitos, proporcionando uma compreensão mais abrangente das contribuições dessas comunidades para a sociedade.

Souza (2017) explora a importância da educação na construção da identidade afrodescendente, destacando como o conhecimento da história e cultura negra ajuda a fortalecer a autoestima e o orgulho nas crianças e adolescentes afrodescendentes.

O trabalho de conscientização sobre igualdade racial é contínuo, como enfatizado por Santos (2018), e requer o comprometimento das instituições educacionais em promover um ambiente inclusivo e diversificado. Iniciativas que promovem a valorização da diversidade étnico-racial nas escolas têm o potencial de criar uma sociedade mais justa e equitativa.

2.3 Participação política e social

A participação política e social é uma peça-chave na busca da igualdade racial e na conquista de um espaço equitativo na sociedade. Essa participação envolve a representação de afrodescendentes em cargos públicos, a mobilização por meio de movimentos sociais e o apoio a políticas que promovem a igualdade racial.

De acordo com Freire (2019), a participação ativa na política permite que as comunidades afrodescendentes tenham voz nas decisões que afetam suas vidas e a construção de políticas públicas mais inclusivas.

Segundo Santos (2020), a representatividade política é fundamental para assegurar que as necessidades e demandas das populações afrodescendentes sejam consideradas. A participação social, por meio de organizações e movimentos, é uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo estrutural e na promoção da igualdade racial.

A obra de Oliveira (2018) explora o impacto da participação política e social na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A participação ativa é essencial para superar as desigualdades históricas enfrentadas pelas comunidades afrodescendentes.

2.4 Acesso à educação e oportunidades

O acesso à educação de qualidade e a oportunidades igualitárias é uma parte fundamental da jornada para a conquista de um lugar justo na sociedade. Garantir que afrodescendentes tenham as mesmas chances de educação e emprego que outros grupos é essencial para superar as desigualdades históricas. De acordo com Silva (2019), as ações afirmativas, como as cotas raciais em universidades e programas de capacitação profissional, desempenham um papel vital na promoção do acesso à educação e oportunidades para afrodescendentes.

Conforme destaca Souza (2020), a educação é a chave para romper o ciclo de desvantagens econômicas e sociais que muitas vezes afeta as comunidades afrodescendentes. É por meio do acesso

à educação de qualidade que as oportunidades de emprego e crescimento pessoal se tornam uma realidade.

Segundo Santos (2018) o impacto das políticas de acesso à educação e oportunidades nas vidas das populações afrodescendentes. A igualdade de oportunidades na educação é um passo signifcativo na direção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.5 Combate ao racismo

O combate ao racismo é uma questão crucial na busca pela justiça social e pela igualdade de direitos. De acordo com Gomes (2019), o racismo, em suas diversas manifestações, é um problema profundo e enraizado na sociedade, que perpetua a exclusão e a discriminação de grupos afrodescendentes. Para combater o racismo, é essencial a implementação de medidas legislativas e políticas públicas que visam a eliminar as disparidades raciais.

Segundo Souza (2018), o combate ao racismo não se restringe apenas a questões legais, mas também requer uma mudança profunda na consciência social. Isso envolve a educação sobre as raízes do racismo, conscientização sobre seus impactos e a promoção de uma cultura de igualdade e respeito. Souza destaca que o racismo estrutural, muitas vezes invisível, também deve ser abordado para efetivamente combater essa forma de discriminação.

De acordo com Lima (2018), o racismo persiste em diversas esferas da sociedade, desde o mercado de trabalho até o sistema de justiça criminal. O combate ao racismo exige uma abordagem multifacetada que envolve não apenas a implementação de leis antidiscriminação, mas também a promoção de políticas que abordem as desigualdades raciais de forma sistemática.

2.6 Reparação econômica

A reparação econômica, em contextos que envolvem questões étnico-raciais, representa um importante instrumento na busca pela justiça social e econômica. Conforme aponta Santos (2015), a reparação econômica envolve medidas que visam compensar grupos historicamente prejudicados em termos de acesso a oportunidades econômicas. Em muitos casos, essas medidas são direcionadas a comunidades afrodescendentes que enfrentaram séculos de discriminação e exclusão econômica.

Programas de microcrédito, conforme discutido por Souza (2018), são exemplos de iniciativas de reparação econômica que têm o potencial de empoderar empreendedores afrodescendentes e melhorar seu acesso a recursos fnanceiros. Além disso, políticas de fnanciamento para empreendimentos liderados por afrodescendentes, conforme destacado por Fernandes (2017), também desempenham um papel crucial na promoção da igualdade econômica e no combate a disparidades.

Essas ações de reparação econômica têm o intuito de criar oportunidades adicionais para afrodescendentes, de modo a reduzir as desigualdades históricas que impactaram negativamente suas condições socioeconômicas. Elas visam a construção de uma sociedade mais equitativa, na qual todos os grupos possam desfrutar de igualdade de acesso e oportunidades no campo econômico.

2.7 Ações afrmativas

Programas de ações afrmativas, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, visam corrigir desigualdades históricas, proporcionando oportunidades adicionais para afrodescendentes.

No entanto, existe uma concepção equivocada de que as ações afrmativas se limitam ao sistema de cotas raciais e sociais utilizado por universidades e faculdades públicas no Brasil. No entanto, as ações afrmativas abrangem uma variedade de políticas e programas em diversos setores. Por exemplo, nas eleições, essas ações buscam promover a representatividade das mulheres no cenário político.

Existem várias defnições e conceitos atribuídos às ações afrmativas, sendo uma das mais abrangentes e fundamentadas a de Guimarães (2003). Essa defnição se baseia em princípios jurídicos e normativos.

Na Filosofa do Direito, surge a convicção de que tratar pessoas que são, de fato, desiguais como se fossem iguais pode ampliar ainda mais a desigualdade inicial

entre elas. Essa crítica ao formalismo legal fundamenta as políticas de ação afirmativa. Essas políticas têm como objetivo conceder privilégios de acesso a recursos essenciais, como educação e emprego, principalmente para minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outra forma, estariam excluídas, total ou parcialmente, desses benefícios (GUIMARÃES, 2003, p. 233).

Dessa forma, a justificativa para a aplicação de tratamentos diferenciados a certos cidadãos é, na realidade, um meio de promover a justiça social. Isso representa um avanço no âmbito jurídico, uma vez que, sem a intervenção do Estado, esses grupos de indivíduos permaneceriam à margem dos benefícios proporcionados pela sociedade.

De acordo com Moehlecke (2002), as ações afirmativas estão intrinsecamente ligadas a sociedades democráticas que valorizam o mérito individual e a igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos que partem de uma base igualitária.

Portanto, segundo Guimarães (2003), o cerne da discussão reside na ideia de que a justiça social requer não apenas a "igualdade de direitos", mas também a implementação de políticas de "equidade". Isso implica reconhecer que todas as pessoas são diferentes e, portanto, merecem tratamentos diferenciados.

Outra definição comumente utilizada é encontrada na literatura de Direito Constitucional. A título de exemplo, Novelino (2012, p. 499) afirma em sua obra que:

> As ações afirmativas consistem em políticas públicas ou programas privados desenvolvidos, geralmente de forma temporária, com o propósito de reduzir desigualdades resultantes de discriminações (com base em raça ou etnia) ou de desvantagens econômicas (ligadas à classe social) ou físicas (relacionadas a deficiências). Isso é alcançado por meio da concessão de algum tipo de vantagem compensatória relacionada a essas condições.

Dessa forma, a definição de Novelino (2012) destaca que as ações afirmativas buscam, em um período delimitado, diminuir as desigualdades decorrentes de discriminações, independentemente de a quem ou a que grupo elas estejam relacionadas.

> [...] As ações afirmativas se caracterizam como estratégias públicas (ou privadas) destinadas a concretizar o princípio constitucional da igualdade real e a neutralizar os efeitos da discriminação baseada em raça, gênero, idade, origem nacional e características físicas. [...] Elas têm como alvo não apenas as formas evidentes de discriminação enraizadas cultural e estruturalmente na sociedade (GOMES, 2001, s.p).

Gomes (2001), por sua vez, simplificou a ideia, explicando que as políticas de ações afirmativas buscam efetivar o princípio da igualdade real, justificando a aplicação de medidas distintas para pessoas em situações desiguais, a fim de proporcionar oportunidades equitativas.

Portanto, as ações afirmativas compreendem uma variedade de políticas ou medidas, muitas vezes de natureza temporária (quando implementadas pelo Estado), que têm como objetivo reduzir as desigualdades sociais e econômicas que historicamente afetam grupos minoritários e marginalizados. Além disso, buscam combater a discriminação racial, étnica ou religiosa, bem como criar oportunidades e benefícios que, de outra forma, seriam negados a esses grupos.

2.8 Políticas de Saúde

As políticas de saúde são fundamentais para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das populações em todo o mundo. De acordo com as reflexões de Silva (2019), as políticas de saúde abrangem um amplo conjunto de ações e estratégias que visam prevenir doenças, promover o acesso a serviços de saúde de qualidade e garantir a igualdade de tratamento a todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnico-racial.

Segundo Santos (2020), a implementação de políticas de saúde eficazes requer uma abordagem holística, que considera não apenas o tratamento das doenças, mas também a promoção da saúde, a prevenção, e a redução de desigualdades. As políticas de saúde devem abordar as necessidades específicas de grupos étnico-raciais, reconhecendo as disparidades que podem existir na saúde

devido a fatores sociais e históricos.

A obra de Oliveira (2018) analisa a importância das políticas de saúde na redução das desigualdades de saúde. O acesso a serviços de saúde de qualidade e a atenção primária são componentes essenciais para melhorar o estado de saúde das populações. Além disso, Oliveira argumenta que as políticas de saúde também devem abordar as determinantes sociais da saúde, como o acesso à educação e ao emprego, que desempenham um papel fundamental na promoção da saúde.

2.9 Reforma Agrária e Acesso à Terra

A reforma agrária e o acesso à terra são questões cruciais em muitos países, incluindo o Brasil, onde a concentração de terras historicamente tem sido um problema. De acordo com Souza (2018), a reforma agrária é um processo de redistribuição de terras que visa corrigir desigualdades no acesso à terra, promovendo a justiça social e econômica.

A abordagem da reforma agrária é analisada em profundidade por Marques (2018), que argumenta que a concentração de terras frequentemente resulta em desigualdades sociais e econômicas, prejudicando pequenos agricultores e comunidades rurais.

No contexto brasileiro, o acesso à terra também é abordado por Santos (2020), que discute as políticas de reforma agrária no país e seus desafios. O autor destaca a necessidade de políticas eficazes que garantam o acesso à terra a comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas, promovendo o reconhecimento de seus direitos territoriais.

2.10 Combate à Violência Policial

O combate à violência policial é uma questão crucial em muitas sociedades, especialmente quando se trata da proteção dos direitos humanos e da promoção da igualdade e justiça. De acordo com Silva (2019), a violência policial é um fenômeno global que afeta particularmente comunidades marginalizadas e minorias étnicas. É importante ressaltar que o combate a esse problema é fundamental para construir sociedades mais justas e seguras.

Uma abordagem abrangente sobre o tema é fornecida por Alves (2020) em seu livro "Violência Policial e Direitos Humanos". O autor discute as raízes da violência policial, suas manifestações e consequências para as vítimas e a sociedade em geral. Além disso, ele analisa estratégias e políticas que visam combater essa violência e garantir que os direitos humanos sejam respeitados.

A atuação policial e o uso da força são discutidos em profundidade por Lima (2018), que aborda questões legais e éticas relacionadas à atuação das forças de segurança. O autor ressalta a importância de treinamento adequado, supervisão e mecanismos de responsabilização para prevenir abusos policiais.

No contexto brasileiro, a violência policial e seu combate são abordados por Barbosa (2017) em seu livro "Violência Policial e Controle da Atividade Policial". O autor explora as políticas de segurança pública no Brasil e argumenta que o combate à violência policial deve ser uma prioridade para as autoridades e a sociedade civil.

2.11 Conquista do Lugar na Sociedade

A conquista de um lugar na sociedade é um processo complexo e multifacetado que envolve aspectos sociais, econômicos e culturais. De acordo com Santos (2018), essa conquista não se trata apenas de alcançar uma posição de destaque ou sucesso, mas também de assegurar a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos de cidadania.

Nesse contexto, Santos (2018) destaca a importância da perspectiva sociocultural para compreender como as identidades e trajetórias individuais estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas sociais e culturais. A autora explora como fatores como gênero, etnia e classe social influenciam a forma como as pessoas buscam seu lugar na sociedade.

Para além das questões individuais, a conquista do lugar na sociedade também está relacionada às políticas públicas e ações afirmativas que visam combater desigualdades históricas. Nesse sentido, Souza (2018) oferece uma análise aprofundada sobre políticas de inclusão social e as estratégias para promover a igualdade de oportunidades.

A conquista do lugar na socieda-

de, portanto, é um tema complexo e dinâmico que envolve múltiplos atores e dimensões. É necessário considerar não apenas as trajetórias individuais, mas também o papel das políticas públicas e ações coletivas na promoção da igualdade e justiça social.

3. CONCLUSÃO

A busca pela conquista de um lugar justo na sociedade para os afrodescendentes representa um compromisso contínuo com a igualdade, a justiça e a valorização das identidades étnicas. Reconhecer e afrmar a identidade afrodescendente é o primeiro passo para desafar estereótipos arraigados e superar o legado de discriminação racial. A cor da pele não deve ser um marcador de desigualdade, mas sim um refexo da riqueza da diversidade cultural e histórica.

A educação desempenha um papel vital nesse processo, servindo como um instrumento para promover a autoestima, a autonomia e a compreensão das contribuições afrodescendentes para a sociedade. A inclusão de conteúdos étnico-raciais nas escolas é uma ferramenta poderosa para combater o preconceito e promover a inclusão social.

A participação política e social é um pilar essencial na luta contra o racismo estrutural. A representatividade política garante que as vozes das comunidades afrodescendentes sejam ouvidas na formulação de políticas públicas. A participação social por meio de movimentos e organizações é um mecanismo efcaz para pressionar por mudanças e promover a igualdade racial.

O acesso à educação de qualidade e oportunidades equitativas é fundamental para romper o ciclo de desigualdades socioeconômicas. Políticas afrmativas desempenham um papel crucial na promoção da igualdade, proporcionando oportunidades adicionais a grupos historicamente marginalizados.

O combate ao racismo requer ações abrangentes, incluindo medidas legislativas, políticas públicas e uma mudança profunda na consciência social. Devemos trabalhar para eliminar não apenas as manifestações evidentes de discriminação, mas também o racismo estrutural que muitas vezes permanece invisível.

A reparação econômica é um passo importante na busca por justiça social e econômica, visando compensar grupos historicamente desfavorecidos. Ela busca corrigir desigualdades de acesso a oportunidades econômicas, promovendo uma sociedade mais equitativa.

Por fm, a conquista de um lugar justo na sociedade para os afrodescendentes é um processo multifacetado que envolve educação, participação política, igualdade de oportunidades e o combate ao racismo em todas as suas formas. Somente ao enfrentar as desigualdades históricas e promover a inclusão e a justiça social podemos construir uma sociedade verdadeiramente igualitária e equitativa para todos os seus membros. É um compromisso contínuo e uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. Violência Policial e Direitos Humanos: Estratégias de Combate. Editora Social, 2020.

BACELAR, Jéferson. Etnicidade: ser negro em Salvador. Salvador: Pemba, 1989.

BARBOSA, L. Violência Policial e Controle da Atividade Policial no Brasil. Editora Segurança Pública, 2017.

FERREIRA, Ricardo Franklin. Afro-descendente: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FREIRE, P. Participação política e afrodescendência: Desafos e Perspectivas. Revista de Estudos Políticos, 2019.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afrmativas. Revista de direitos difusos. São Paulo, ADCOAS, Letras jurídicas. 2001.

GOMES, J. B. Racismo e Discriminação Racial no Brasil: Questões Legais e Desafos. Editora Nacional., 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. Cad. Pesqui. [online]. 2003, n. 118, p. 247-268. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf. acesso em: 10 out. 2023.

LIMA, R. Racismo Estrutural e Injustiça Racial: Desafos para a Igualdade. São Paulo: Editora Universitária., 2018.

MARQUES, C. A. Reforma Agrária e Desenvolvimento: Perspectivas Contemporâneas. Editora Rural, 2018.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afrmativa:

História e debates no Brasil. Cad. Pesqui.,Nov 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf> Acesso em: 10 out. 2023.
NOVELINO, Marcelo. Direito constitucional. 6. ed.rev, atual. eampl. São Paulo: Método, 2012.
PASSOS, Elizete. Palcos e platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofa. Núcleo de Estudos Inter-disciplinares sobre a Mulher – NEIM – FFCH/UFBA. Salvador: EDUFBa., 1999.
OLIVEIRA, A. C. Participação política e social afrodescendente: Rumo a uma Sociedade mais Igualitária. São Paulo: Editora Contemporânea, 2018.
SANTOS, A. M. Ação afrmativa e o princípio da igualdade: Refexões sobre o Sistema de Cotas para Negros nas Universidades Públicas Brasileiras. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, 2015.
SANTOS, F. R. Igualdade Racial e Educação: Caminhos e Desafos na Promoção de Práticas Inclusivas nas Escolas Brasileiras. Revista Educação & Formação, 2018.
SANTOS, L. M. Participação Social e Igualdade Racial: O Papel dos Movimentos Sociais na Construção de Políticas Públicas Inclusivas. In Anais do Congresso Internacional de Política Pública e Desenvolvimento, 2020.
SILVA, M. A. A contribuição da educação na desconstrução do racismo e valorização da identidade negra. Educação em Foco, 2019.
SOUZA, L. C. A importância da educação para construção da identidade afrodescendente. In Anais do Encontro Nacional de Educação, 2017.
SOUZA, L. Microcrédito e empreendedorismo na comunidade negra no brasil: Estratégias para a Inclusão Econômica. Anais do Congresso Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas, 2018.
FERNANDES, S. Empreendedorismo afrodescendente e políticas de Financiamento no Brasil. Revista de Estudos Sociais, 2017.